CAUSAS ECONÔMICAS NA PRODUÇÃO DO CRIME

Luís Lopes Palmeiro

(Conferência proferida no salão nobre da Associação Comercial do Estado, na noite de 21.9.1949.)

Introdução

O homem está empenhado na luta pela liberdade e pela verdade, pela conservação da espécie e pela sua própria existência. A complexidade desses fins obriga-o a atitudes imprevistas, ao mesmo tempo que exige da sua personalidade o poder de adaptação normal entre os mais violentos contrastes. O santo e o herói, o homem comum e o gênio, o homem honesto e o criminoso, diversificando os impulsos e os desejos na eleição dos caminhos de seus próprios destinos.

Em meio aos valores que se afirmam e traduzem as infinitas possibilidades da natureza humana para a beleza e para o bem, surge, em doloroso contraste, a manifestação negativista do crime.

Ao alcance direto da nossa observação está a inquietadora sucessão dos crimes contra o patrimônio em que as continuadas recaídas revelam um padrão delituoso sistemático.

E' natural que esses fatos despertam a necessidade de indagar da sua causalidade, se é que se deseja opor-lhes, sincera e decididamente, medidas sábias de prevenção. O homem inteligente e responsável não deseja permanecer em atitude puramente contemplativa, mas muito ao contrário, vai em busca das causas desse fenômeno, que põe um acento trágico no seu próprio destino.

O espírito humano, como sempre, fiel ao método de sua lógica interior, estabelecendo categorias de crimes, estabeleceu, também, categorias de causas, sistematizando umas e outras no quadro da sua complicada origem. A tendência inevitável de classificar para sub-

meter à meditação e ao estudo, conquanto passível de crítica, é a única que se tem oferecido à ciência para a investigação cuidadosa. E é, ainda, em nosso caso, o único caminho racional para nos aproximarmos da verdade.

Nos vários estudos etiológicos do crime que se tem feito, procura-se distinguir e identificar as forças que regem a conduta humana. Para o psicólogo, o delito constitui um episódio coerente com a individualidade do criminoso. A sua execução representa uma consequência absolutamente lógica e fatal do conflito das forças e fatores que o determinam. Os mesmos mecanismos psicológicos intervêm na execução dos atos legais e dos atos delituosos, porém não se compreenderá esse caráter predeterminado das ações humanas, sem o estudo dos fatores que o explicam. Compreender e explicar o delito equivale, pois, a encontrar o valor das incógnitas na equação responsável pela conduta diante da situação delituosa. E' fundamental, portanto, para o jurista, face ao ato ilegal, determinar o papel que, no seu desencadear, desempenham a constituição corporal, o temperamento, a inteligência, o caráter, a prévia experiência de situações análogas, a constelação de causas psíquicas, a situação externa desencadeante, o tipo médio da reação coletiva aplicável à situação, e o modo de perceber essa situação por parte do delinquente¹.

O delinquente é, segundo William Healy², o centro dinâmico do problema inteiro do delito. Mas, muitas das forças que compõem a personalidade são de potenciais equivalentes e resultam num estado de equilíbrio estável, desde que as suas reações se processem dentro nos limites do normal. Para que se não quebre o equilíbrio e permaneçam assim estáveis ou irrompam em explosões cinéticas, elas dependem da natureza ou da intensidade de estímulos, que podem, em cada caso, comportar-se de maneira distinta, positiva ou negativa, favorecendo ou impedindo, somar-se ou opor-se, constituindo o que se denomina de complexos determinantes da conduta normal ou das ações delituosas.

Hans Von Hentig³ reconhece, em primeiro lugar, a constituição do indivíduo, pela qual entende a sua maneira normal e fixa de reagir ante estímulos externos e, em segundo lugar, a tremenda variedade de forças que atuam sobre esta disposição, forças que podem ser físicas como a temperatura e a umidade, bacteriológicas, como os gér-

¹ Aguiar Whitaker — O crime e os criminosos à luz da psicologia e da psiquiatria. Estudo acerca de 50 delinquentes. Considerações sobre o problema da delinquência em São Paulo, Arquivos da Polícia Civil de São Paulo, vol. III, 1.º semestre, ano 1942.

² William Healy — The Individual Delinquent, Little Brown and Company, Boston, 1917.

³ Hans Von Hentig — Criminologia, causas y condiciones del delito. Trad. por Diego Abad de Santillán, Editorial Atalaya, Buenos Ayres, 1948.

mens da sífilis e da malária, e individuais, como a mulher e o superior, ou culturais.

Em última análise, como acentuava o Prof. Salgado Martins⁴, em recente estudo sobre a interpretação do crime, este tem a sua motivação mais forte, mais decisiva, na personalidade profunda e específica do criminoso. O meio social e o meio cósmico condicionam o aspecto da manifestação do delito. Influem, sem dúvida, no seu aparecimento, mas muitos desses fatores de origem social se encontram incorporados ao indivíduo pela herança, pela educação, pelas influências familiares, refletindo-se, mais tarde, na conduta do adulto, como parte integrante das suas próprias reações psíquicas, podendo, pois, ser considerados como fatores da sua etiologia interna.

São, em grandes traços, as forças chamadas endógenas e exógenas do delito.

Em nossas observações, constatamos que há predominância, no nosso meio, de crimes contra o patrimônio, crimes que sofrem influência primordial das condições econômicas ambientais.

Para determinar as influências, diretas e indiretas, das forças econômicas sobre a delinquência, devemos estabelecer a correlação entre as flutuações do aumento do delitos com as cargas econômicas e fixar a classe que ocupa o delinquente na distribuição da riqueza e a ocupação ou profissão a que se dedica. Ainda, em consonância com esse método de estudo do problema, fazer, também, o de vários fenômenos e condições econômicas por nós constatados e que nos levaram à crença de que a delinquência, em todo o tempo e lugar, está condicionada, e, em certa extensão, determinada pela existência de fatores econômicos, além de outros, identificáveis na sua complexa causalidade.

Entre as causas sociais, a miséria desempenha um papel importante na gênese do delito, porém, seria ingenuidade pressupor que é ela a única personagem do drama criminal⁵.

Na investigação minuciosa dos fatores antropológicos e demográficos se poderá verificar que a miséria não somente significa a pressão que as tentações das necessidades não satisfeitas exercem sobre o pobre, mas, também, a causa da degenerescência orgânica e psicológica, transfundindo-se na consciência moral do miserável.

4 Prof. José Salgado Martins — A Interpretação Psicanalítica do Delito — Trabalho apresentado à 1.ª Conferência Pan Americana de Criminologia, reunida no Rio de Janeiro e São Paulo, de 8 a 16 de julho de 1947, e publicado na Revista do Ministério Público, Rio Grande do Sul, vol. VI, ano 6.º, n.º 23-24.

5 Turati — Delito e questione sociale (Milán, 1882).

Alfredo Niceforo — Guía para el estudio y la enseñanza de la Criminología — Trad. por C. Bernaldo de Quiróz, Madrid, 1903.

Dr. Francisco de Veyga — Degeneración y Degenerados, Miseria, Vicio y delito. Ed. El Ateneo. Buenos Ayres, 1938.

Alejandro Liroy — La Nueva Escuela Penal. Trad. por Luis de Moya y Jiménez. Ed. De Fernando Fé, Madrid, 1893.

O ambiente de miséria, a fadiga constante, a desnutrição por sistema ocasionam as deformações individuais, psicológicas e morais, tornando claras e próximas as conexões entre a miséria e o delito.

A difusão do ensino e à índole da educação não se pode emprestar o efeito, vislumbrado por alguns idealistas, que os consideravam como forças inibidoras, mas, como bem observa Alfredo Niceforo⁶, o ensino e a educação agrupam-se entre as causas sociais da criminalidade, transformando e, não raro, agravando as suas manifestações.

Existe, conseqüentemente, um delito próprio dos ignorantes e um delito próprio dos homens cultos, do mesmo modo que há uma delinquência característica das múltiplas categorias sociais — o delito do industrial, do pequeno comerciantes, do funcionário público, do proletário, do médico, do advogado, do militar, do rico e do pobre, do homem do campo e do homem torturado da cidade, o delito da paz e da guerra, e o delito da própria civilização⁷.

As causas mencionadas, acrescentam-se as variações econômicas da produção, do consumo e do preço das utilidades, relacionadas ao poder aquisitivo que o valor da moeda empresta às populações.

Comparando as curvas econômicas com o fenômeno do crime, poder-se-ia descobrir as relações existentes entre este e a cultura da terra, a escassez ou a abundância da produção, o preço das utilidades mais substanciais à vida, o momento industrial e comercial e as oscilações dos salários⁸.

Assim justificamos a singular atenção que estamos dispensando, nesta palestra, às causas econômicas na produção do crime, sem, é claro, adotarmos irrestritamente a interpretação chamada socialista. Para essa escola, que assume uma posição ortodoxa entre as teorias que explicam o delito como puro fato social, este se resume ao fator econômico. Embora reconheçamos o exagero dessa concepção, ela se explica com aparência impressionante de verdade, porque, como

6 A. Niceforo, obr. cit.

7 Maurice Parmelee — Criminologia. — Trad. por Julio-César Cerdeiros. Ed. Réus, Madrid, 1925.

André Toulemon — Le Progrés des Institutions Pénales (Essai de Sociologie criminelle). Ed. Recueil Sirey, Paris, 1928.

El crimen profesional de las comadronas, es el aborto; el de los agentes de cambio, el fraude y la usura; el de los Magistrados, la parcialidad; el de los hombres políticos, la corrupción; el de los publicistas, la calumnia. (E. Laurent, — Le criminel — Paris, 1908).

8 A. Niceforo, obr. cit.

H. Von Hentig, obr. cit.

Parmelee, obr. cit.

Turati, obr. cit.

W. A. Bonger — Criminality and economic conditions — Boston, 1916.

G. Tarde — La criminalité et les phénomènes économiques, en el Arch. d'Anth. cri., vol. XVI, 1901.

R. Garofalo — Criminologia — versão portuguesa de Júlio de Mattos, Ed. Teixeira & Irmão, São Paulo, 1895.

escreve Van Kan⁹, entre os fatores criminógenos, o fator econômico é o mais móvel, o mais variável, o mais sensível às oscilações anuais e que exercem, portanto, a influência mais visível e mais súbita sobre o movimento de todos os fenômenos que se ligam ao delito. São as oscilações econômicas, acrescenta o mesmo escritor, caprichosas e bruscas, que constituem, na curva da criminalidade, o elemento perturbador e provocam as diferenças que nela se observam de ano para ano. Nem, tampouco, pretendemos repousar inteiramente sobre os fundamentos do classicismo, que postula o crime como resultante da vontade livre. Haveria demasia, contudo, em repudiá-lo, por completo, porque, afinal de contas, a capacidade individual de discernir entre o bem e o mal absolutos e, em última análise, a capacidade de escolher, é que estão na intimidade da ação, como manifestação do ser consciente.

As regras morais são contemporâneas do próprio advento da consciência, e julga-se mesmo que pouco tenham evoluído de seis mil anos a esta data^{9a}.

Há preceitos inscritos nos mais antigos documentos, aos quais nada poderíamos hoje acrescentar, e que nem mesmo têm sido cumpridos. Ptah-Hotep, nas instruções que escreveu para o uso dos príncipes egípcios, ao tempo da quinta dinastia, nos mostra o avançado grau de sabedoria atingido naquela época. Uma passagem, apenas. Escutai.

"Se fôres sábio, cuidarás da tua casa. Acariciarás a tua mulher e alimentá-la-ás. Tu a vestirás e cuidarás dela se adoecer. Encherás seu coração de alegria, durante toda a sua vida e não serás severo. Serás bom para os teus servos, na possibilidade dos teus meios. A paz e a felicidade se ausentam da casa em que os servos são infelizes..."

Faz cinco mil anos que o sábio professor deu êsse conselho. Quantos anos levará para ser pôsto em prática universal?

Parece possível formular um critério do bem e do mal à luz da

9 La criminalité suit avec une régularité frappante la courbe des fluctuations économiques, et ce, non pas parce que le crime est le produit exclusif du facteur économique, mais en raison de ce que, précisément, parmi tous les facteurs criminogènes, le facteur économique est le plus mobile, le plus variable et le plus exposé à des oscillations annuelles, et qu'il exerce partout l'influence la plus apparente et la plus soudaine sur le mouvement des phénomènes qui se rattachent à lui. Les autres facteurs qui agissent sur les délits, facteurs d'ordre organique, d'ordre cosmique et tellurique et d'ordre social, non économique, sont, de nature, sujets à des changements annuels restreints et lents, et partant peu apparents. Leur courbe est presque rectiligne. Donc la courbe correspondante de la criminalité que la première courbe tient sous sa dépendance, ne manifeste non plus que des variations insensibles et demeure presque identique à elle-même, d'année en année. Ce sont les oscillations économiques, capricieuses et brusques, qui constituent dans la courbe de la criminalité l'élément perturbateur et provoquent les différences qu'on y remarque d'une année à l'autre. (J. Van Kan, Les causes économiques de la criminalité, Paris, 1903).

9a Leconte de Lotté — Human Destiny. Ed. Longmans, Nova York, 1947.

teoria que concede ao aperfeiçoamento do espírito humano o lugar-destino de toda a evolução.

Bem é aquilo que contribui para o curso da evolução ascendente e afasta o homem do animal em direção à liberdade. Mal é o que se opõe à evolução e escapa a ela, impelindo o homem para a servidão ancestral. Em outras palavras, e do ponto de vista estritamente humano, bem é o respeito da personalidade humana; mal é o desprezo desta personalidade. O dever do homem, portanto, é o desenvolvimento da sua própria dignidade.

A vida nos mostra constantemente um jogo de forças. Em todos os aspectos existe uma interdependência recíproca de ações que não exclui a vontade e a decisão. Esta não é o resultado de um fenômeno anárquico, nem tampouco de um livre arbítrio absoluto, senão de um processo em que atuam conjunta, ainda que desigualmente, o natural e o cultural. A valorização humana, êsse poder estimativo de valores, é o que determina em sua evolução, dentro dos limites empírico-culturais, a compreensão de que a vontade é livre¹⁰.

Sobre êste substrato de idéias morais, vivo e palpitante, através da consciência livre do homem, agem diversos fatores. Um dos mais importantes, sem dúvida, é a contingência econômica, e age com sucesso inversamente proporcional ao estado de desenvolvimento dos preceitos morais de que se reveste a personalidade através da sua experiência milenar. Daí, a plausível explicação da maior ou menor delinquência de grupos sociais diversos, sujeitos à mesma pressão. E, ainda, a incidência maior ou menor do crime, num mesmo grupo social, submetido aos diferentes períodos críticos de sua história.

As organizações sociais, segundo a presunção teórica da nossa filosofia social, aparecem-nos estabelecidas na base do critério médio, face as condições médias de vida. A conduta é, portanto, a resultante do jogo dessas duas variáveis, de tal modo que oscila conforme crescem as forças de pressão ambiental e os estímulos externos que se combinam com as reações individuais. E' inadmissível encará-la como produto invariável, um modelo ajustado à lei, quando se reconhece amplamente a extrema versatilidade de ambos os fatores de que ela resulta.

Ao estabelecer valores, a lei parte da hipótese ideal de que a capacidade de resistência média do homem enfrenta um ambiente de premências e que, sob estas condições, se deve esperar que êle resolva seus conflitos eventuais, segundo aquêle modelo ajustado à lei.

Depois de examinar a imensa variedade da conduta criminal,

10 Manuel Lopes Rey y Arrojo — Tendencia, Mundo Circundante y Personalidad en Criminología — 1942.

Edwin Sutherland¹¹ admite que o processo causal específico do crime reside no desenvolvimento da conduta delituosa sistemática, adotando como certa a fórmula "o crime é a causa do crime".

Von Hentig¹², conquanto entenda parcialmente correta esta teoria, pensa, pressupondo que a pressão do ambiente que nos rodeia não se eleva acima da média de um grau suportável, que a conduta delituosa é uma adaptação defeituosa ao ambiente social. O homem está em condições de se defender por si mesmo em suas contendas individuais. A sociedade, entretanto, criou uma asoerbaante superioridade de forças que podem proporcionar o bem-estar ao homem ou se erigir entre este e o prêmio de seus impulsos mais fortes e mais legítimos. As condições normais são substituídas por colapsos críticos ou situações opressoras.

Inúmeras contradições e dificuldades práticas se opõem àquelas teorias. Mesmo abandonando a conceituação de Von Hentig no que concerne à conduta delituosa genuína referente às condições inatas do agente, voltemo-nos para o ambiente social e diremos, com a opinião dos autores, com a nossa experiência e com os nossos próprios números, que a maior parte dos nossos delinquentes é produto do meio. São, em regra, indivíduos respeitadores da lei enquanto brilha o sol, enquanto a vida econômica decorre sem tropeços e a sua capacidade de adaptação não é solicitada excessivamente.

Nas organizações altamente industriais, quando se preparam as tormentas sociais e se estabelecem as depressões, quando os preços vacilam, desequilibrando o ritmo econômico que deriva da relação salário-produção, aumenta o número de desocupados. Na nossa economia, ainda extrativa ou puramente agrícola, em que "a indústria é um estado de espírito", o sismo econômico é agravado pela falta de organização do trabalho, pela má educação e pela miséria abrumadora em que vivem, em geral, o jeca dos campos e o crioulo das favelas, componentes básicos do proletariado brasileiro. E esses fatores representam, em síntese, a estaca zero da nossa estrutura econômica.

Lembremos o imprevisível desfêcho que teve a elevação do custo de vida quando se procurou corrigi-la com aumentos de salários. Deu-se o retraimento da produção, o aumento da vadiagem e novo lance para cima no custo das comodidades. Num trágico círculo, nova depressão se registrou, já agora com sensíveis repercussões no comportamento coletivo.

Pela barra do Tribunal de Justiça, como num instrumento de

11. Edwin Sutherland — Principles of Criminology — J. B. Lippincott Company, Filadelfia, 1939.

12. Hans Von Hentig, obr. cit.

registro, passaram as vagas da criminalidade, deixando nêle impressas as salsugens indelêveis das suas flutuações.

Material e método

Os dados que colhemos se referem ao Estado do Rio Grande do Sul e ao período compreendido entre 1940 e 1948.

O número global e anual das denúncias oferecidas em todo o Estado, segundo cifras obtidas na Procuradoria Geral, permite assinalar um notável crescimento da criminalidade, que o gráfico n.º 1 mostra com surpreendente nitidez.

Há uma indentação à altura dos anos de 1943, 1944 e 1945.

Ainda no mesmo gráfico se registra o movimento do crime no Fôro desta Capital, que segue aproximadamente a mesma linha ascendente e também sofre uma caprichosa indentação nos anos de 1944 e 1945.

Este último detalhe ganha, assim, significação geral e, possivelmente, traduz efêmera melhora devido ao tremendo ímpeto industrial impôsto pela guerra, que também se fez sentir no Brasil.

Para apreciar a ordem econômica no Estado e estabelecer relação com o aumento do crime apontado, fomos nos valer do magnífico trabalho da autoria do estatístico Januário Prates¹³, intitulado Contribuição do Estudo de Problemas Sociais e Econômicos do Rio Grande do Sul.

Essé autor procura avaliar o custo de vida pela despesa média por pessoa, estabelecendo percentagens de aumento. Para realizá-lo, escolheu quatorze produtos, calculou o consumo médio anual por pessoa, determinou o valor total de cada produto e somou todos os valores para chegar à despesa média anual relativa ao período de 1939 a 1946. Finalmente, extraiu a percentagem de aumento entre os anos indicados. Essas determinações foram feitas para cada uma das regiões geográficas em que está dividido o Estado. Somando os aumentos percentuais e dividindo pelo número de zonas, obteve a média do Estado. — 121 %.

Não há, é certo, uma correspondência cronológica exata entre a nossa estatística do crime, de 1940 a 1948, e o levantamento econômico de Januário Prates, de 1939 a 1946; mas, a se julgar pela própria tendência ascendente da curva da criminalidade, pode-se esperar retrospectivamente para o ano de 1939 uma cifra ao redor de 2.300 denúncias.

Portanto, houve entre os anos de 1939 a 1946 um aumento de aproximadamente 100 % do crime no Estado, o que representa um

13. Januário Prates, Estatístico Chefe do Departamento Estadual de Estatística, Órgão Regional do IBGE, Rio Grande do Sul — Fevereiro, 1947.

estreito paralelismo com o aumento de 121 % verificado no custo de vida.

Utilizamos, na segunda forma estimativa, um levantamento da população carcerária da Casa de Correção desta Capital, no ano de 1948, relacionando 1.263 condenados pela qualidade da infração, distribuída pelos municípios de origem¹⁴. Dêsses municípios adotamos a divisão de Januário Prates¹⁵, conforme a distribuição da propriedade em agrícola e pastoril, formando três grupos ou zonas, preponderantemente pastoril, preponderantemente agrícola e, finalmente, a de economia mista, agrícola, pastoril e com alguma concentração industrial. Se aos municípios de cada um dêsses grupos atribuirmos o coeficiente percentual dos crimes contra o patrimônio, podemos obter a média dos coeficientes para cada grupo, e, então, verificamos que, na zona da pecuária, em que a propriedade pastoril está para a propriedade agrícola como 15 está para 1, o coeficiente percentual dos crimes contra o patrimônio é de 43 %.

Procedemos da mesma forma para as áreas restantes. Os resultados finais estão tabulados no quadro n.º 1.

Incidentalmente, julgamos oportuno mostrar, em números globais, a distribuição ou tendências do crime no Estado, utilizando, para isso, ainda os 1.262 condenados recolhidos, no ano de 1948, à Casa de Correção desta Capital.

Ressalta do gráfico n.º 2 a extraordinária superioridade numérica dos delitos contra o patrimônio. Os crimes contra as pessoas ocupam o segundo lugar, os contra os costumes o terceiro e, assim, sucessivamente.

A distribuição por idade e pelas profissões dos condenados permite, ainda, observar que a percentagem delitual se exacerba naquela fase da vida em que o homem combina a maior força muscular, a maior agilidade mental e os mais violentos desejos de um máximo de atividade, culminando, então, no delito da plena mocidade; e quanto às profissões, se constata que o maior número de criminosos pertence às categorias mais humildes, em que a penúria cria um constante estado de carências¹⁶.

Discussão

Estão apresentados os elementos que colhemos para esse trabalho de pesquisas. E' chegado o momento de tirar dêles as observações correspondentes e, finalmente, num complemento lógico, a lição útil.

14 Relatório da Secção Penal e de Expediente, Casa de Correção, 1948.

15 J. Prates, trab. cit.

16 V. quadro das profissões dos condenados no apêndice.

V. gráfico n.º 3.

Nada de paradoxal foi observado, os fatos se ajustam à experiência de outros pesquisadores.

A opinião de Parmelee, que é um dos mais consagrados tratadistas contemporâneos, assim, conclui, depois de um estudo comparativo, em que reproduz gráficamente as tabelas de Von Mayr, Corne e Tarnowski, "(os fatos econômicos) indicam, desde logo, que existe uma relação causal entre o bem-estar econômico e os delitos contra a propriedade"¹⁷.

Como ilustração comparativa dos nossos achados damos os gráficos que aquêl autor apresenta (gráficos ns. 4 e 5).

Houve sempre resistência em aceitar, oficialmente, a pobreza como causa de delito. Os primeiros estudos sobre a delinquência e as condições econômicas se fizeram tardiamente. Tomou-se como descobrimento revolucionário a declaração de Von Mayr¹⁸, feita em 1867:

"Cada níquel de aumento no preço do trigo, durante o período de 1833 a 1861... produziu um roubo a mais em cada cem mil habitantes na Baviera... enquanto que a mesma diminuição de um níquel preveniu um caso de furto na mesma proporção."

17 Pero mucho más extensamente que os factores económicos estacionales, influyen los factores que tienen lugar analógicamente con el ciclo comercial, y con la evolución industrial debida al perfeccionamiento de los métodos de producción. La correlación entre esos factores económicos y de la delincuencia es marcada por las estadísticas de la fluctuación de los precios y las estadísticas de el numero de delitos cometidos o de el número de delinquentes convictos.

Los cuadros que acompañan indican la directa correlación entre los precios del trigo y los delitos contra la propiedad en Inglaterra e Gales y en Francia, y entre los precios del centeno y los convictos por robo en Rusia. Esos cuadros indican que en esas naciones hay una tendencia general al aumento de los delitos contra la propiedad a medida que el precio de los cereales aumenta, y una tendencia a su disminución cuando esos precios caen. La correlación no es siempre exacta, puesto que frecuentemente hay un notable retardo, que no debe ser extrañado puesto que se requiere un pequeño tiempo para que esas fluctuaciones económicas influyan sobre la delincuencia. Muchas más estadísticas podrían ser citadas que demostrarían que una situación similar existe en otras naciones, y hay razón para creer que esa correlación mantiene regularidad en todo el mundo.

Es también posible demostrar la correlación inversa, que exista entre cambios en los jornales y los delitos contra la propiedad, puesto que según los jornales aumentan, los delitos tienden a decrecer, y si los jornales caen la tendencia en los delitos es al aumento. Esta correlación no es tan ajustada o tan aparente como la correlación directa entre esos delitos y los precios, porque los jornales cambian más despacio que los precios, y, por lo tanto, no pueden tener un efecto inmediato sobre la extensión de la delincuencia.

Ahora bien, cambios en precios y jornales, usualmente causa cambios en el bienestar económico de la gran mayoría del pueblo. Un aumento en los precios, especialmente, en los precios de aquellos artículos considerados de primera necesidad, arrastra, ciertamente, el aumento de coste de vida para las clases pobres, puesto que los jornales no aumentan tan deprisa como los precios. De semejante manera, una caída de los jornales puede causar el aumento del precio de vida, aunque esto ocurra raramente, pues los precios acompañan usualmente la baja de jornales, tan o aún más rápidamente. Estos hechos indican, desde luego, que existe una relación causal entre el bienestar económico y los delitos contra la propiedad. (Parmelee, pag. 74 a 76, obr. cit.).

E. Fornarini di Verce — La criminalité e le vicende economique l'Italia — Turin, 1894. Bonger, obr. cit.

18 G. von Mayr — Statistik der Gerichtlichen Polizei im Königreiche Bayern — Beiträge zur Statistik im Königreiche Bayern, München, 1867.

GRÁFICO N.º 4

MOVIMENTO DO CRIME

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

CRIMES CONTRA O PATRIMONIO-

ZONAS	PROPRIEDADE		CRIMES CONTRA O PATRIMONIO
	PECUARIA	AGRICOLA	
PASTORIL	15	1	43,4%
MIXTA	3,3	1	37,4%
AGRICOLA	0,74	1	23%

NATUREZA DOS CRIMES ANO DE 1948

BASEADO EM 1260 CONDENADOS

ÍNDICE DA IDADE DOS CRIMINOSOS

GRÁFICO N.º 3

m, que, tanto na Baviera dos meados do século passado, quanto no Rio Grande do Sul de 1940, o preço do pão tem, real significação na conduta coletiva, cujo expoente inferior, é representado pelo crime.

Estudos se fizeram desde aquela época na Europa e em outros países. Quase todos confirmaram a tese de Von Mayr. Os tipos de prosperidade econômica ou de penúria. Na Inglaterra e França se tratava do preço do pão, na Alemanha do trigo, na Suíça do leite, na Escócia da lã, na Rússia da farinha e nos Países Escandinavos, do centeio. Na Grécia, do milho e no Egito, do algodão. O quadro, claro e convincente nos tempos de Von Mayr e na Alemanha, tornou-se gradativamente confuso. Os preços dos produtos foram substituídos por outros fatores mais poderosos e foram substituídos pelo índice das matérias-primas, dos transportes e importações, da produção do ferro e dos índices sucessivamente. Os índices industriais começaram a subir, mostrando o aumento e a redução da curva dos delitos.

A relação entre os delitos e os índices comerciais é restrita contra o patrimônio. Os delitos de violência e os crimes contra a propriedade parecem seguir normas diferentes¹⁹.

Se quisermos apreciar o nosso gráfico n.º 1. O declive que se observa na criminalidade, nos anos de 1943, 1944 e 1945, coincide com a fase econômica daqueles anos em que a indústria teve um ritmo acelerado, em que toda a produção alcançou altos níveis, em que a moeda fácil circulava tonta, em que o trabalho, praticamente, levado pela mão ao local do trabalho, produzia resultados excepcionais. Esse período encerrou-se bruscamente, também de súbito, com a cessação das hostilidades, com a falta de divisas estrangeiras e a produção nacional limitada aos seus próprios recursos. O aumento da criminalidade vinha verificando até 1943, retomou a sua progressão com o ímpeto do crescente custo de vida, mas já, agora, em 1945, com as medidas mais graves e apreensivas, porque o país se recondição-se a processar num regime deflacionário, com enormes dificuldades de produção e retraimento total das atividades que dependem das massas produtoras. Não se diga que essas medidas tenham suas raízes no puro e simples crescimento vegetativo

¹⁹ La relación entre el delito y los índices comerciales es restringida a los delitos contra la propiedad, excluyendo el fraude, pero incluyendo muchos casos de incendio y robo con escalera, robo, vagancia y prostitución. Delitos de violencia parecen seguir distintas normas. (Hans Von Hentig, obr. cit.). Os crimes contra a propriedade e as desigualdades sociais tornam-se a base da criminalidade. (Turati, obr. cit.).

GRÁFICO N.º 5

da população, pois esta teve, no período de 1940 a 1948 um crescimento, de acôrdo com as estatísticas oficiais, de apenas 17 %²⁰.

O panorama social de Pôrto Alegre²¹, já uma metrópole, contém diversos outros elementos que lhe dão uma posição singular dentro do Estado, embora, em linhas gerais, não constitua uma dissonância absoluta. Com efeito, nas grandes cidades deparamos com problemas oriundos da promiscuidade, da deslocação de massas e do acentuado atrito entre as classes, credos e etnias.

A representação, as tentações, a emulação, os vícios, são elementos desencadeantes de conflitos que assumem feições diversas daqueles que se verificam nos campos e que descrevem uma curva delinqüencial própria dos centros urbanos de grande densidade.

E' o que exatamente se observa no levantamento do gráfico n.º 1. Mas, por isso mesmo, por ser uma delinqüência em que a linha causal sofre tantas flutuações fora da esfera econômica, é que nós a julgamos sem propósito nesse trabalho e a deixamos de lado.

Atentemos, agora, ao quadro n.º 2 que mostra desigualdades comparáveis na distribuição do crime e da propriedade.

E' lícito, desde logo, perguntar, por que devemos considerar como zonas economicamente inferiores aquelas em que há predominância da grande propriedade.

Evidentemente, a explicação reside no fato de que a riqueza *per capita* naquela zona é inferior à da zona agrícola, na qual há um equilíbrio razoável entre a pequena e a grande propriedade. Daí o fato de que, naquela, maior é o número dos indivíduos à beira emocional do crime.

Januário Prates²², com excelente discernimento, assim se expressa sobre esse assunto:

"Sabemos perfeitamente que, nas zonas rurais, existem duas classes distintas: a que tem pouco ou muito e a que nada tem.

A situação de miséria da última classe é total. As famílias, na sua maioria, possuem muitos filhos e nenhum recurso. São verdadeiros marginais do campo, ou melhor, duplos marginais, porque vivem à margem da sociedade e das estradas".

Em contraposição a essas afirmativas, a alentadora cifra refe-

20 V. Documento do Serviço de Estatística Demográfica e Judiciária do Departamento Estadual de Estatística do Rio Grande do Sul, Órgão Regional do IBGE, anexo ao apêndice.

21 Parmelee, obr. cit.

Hablando del crimen en las regiones civilizadas (Europa en particular), en relación con la densidad de la población, Lombroso dice que: "los robos aumentan con la densidad, así como los homicidios disminuyen". (C. Lombroso, Crime, its causes and remedies, Boston, 1911. Apud Parmelee, obr. cit.).

22 Januário Prates, trab. cit.

rente à zona agrícola tem como base a diferença de riqueza que o próprio quadro revela, mas também é certo, e deve ser considerado, que há profundas diferenças culturais entre os dois grupos.

A tradição cultural da zona pecuária remonta em linha direta ao privatismo patriarcal ou semipatriarcal que, segundo Gilberto Freyre, ainda nos domina.

Já as condições prevalentes na colônia derivam de raízes que são um transplante direto da Europa democratizada do último século.

Aquêle privatismo patriarcal cria, através de sua elite, fôrças psicofisiológicas capazes de exercer contrôlo sôbre as classes inferiores que, por sua própria subordinação econômica incondicional, esperam de cima o princípio e a receita do seu processo de comportamento social.

O colono é poupado às imposições feudais. Traz dentro de si mesmo os germens de uma concepção própria de vida, com disciplina e norma comuns. Apenas na aparência tem o homem da colônia tomado do antigo senhor da terra o gesto, a voz e, mesmo, algo do ritual. No fundo, há diferença fundamental de temperamento e, ainda que não houvesse, a divisa próxima da pequena propriedade estaria ali a limitar a proporções escassas o mandonismo que quisesse copiar.

Tanto quanto os fatores econômicos, é iniludível a influência que podem exercer sôbre o comportamento coletivo êsses motivos culturais.

Na zona mista, afinal, uma simples mistura dos componentes essenciais da lavoura e da sesmaria, temos, também, a média numérica no percentual de crimes contra a propriedade. Esta região desempenha, portanto, o papel de assessor de valores, qual se fôra uma contraprova das nossas observações.

Afigura-se-nos de pouca significação, porque extremamente diluída, a presença de núcleos industriais pelo interior do Estado.

Os números absolutos da massa operária são, na realidade, insignificantes, como se vê, ainda no trabalho de Januário Prates, em que mesmo Pôrto Alegre aparece com 28.330 operários, isto em 1946, quando a população da Capital se estimava em 386.400 habitantes.

O que será em Cachoeira, Pelotas, Santa Maria, Livramento, Rosário, Bagé?

Em números relativos, eis as percentagens²³:

Pôrto Alegre	1,08 %
Santa Maria	1,4 %
Livramento	3,6 %

Pelotas	5,7 %
Rosário	2,4 %
Cachoeira	1,4 %
Bagé	2,7 %

Em trabalho desta natureza, é sempre necessário fazer uma aferição tão correta quanto possível.

O método estatístico é essencialmente o método dos grandes números ou das amostras representativas dos grandes números.

Exatamente, em nosso trabalho, pretendemos que os dados colhidos na Casa de Correção constituam uma amostra representativa do crime no Estado. Será honesto dizer, entretanto, que êstes números representam apenas uma parte da verdade, nem de longe tôda a verdade, mas tôda a verdade acessível. Não há outra.

Como contar os peixes que escapam às malhas da rêde e os que nem sequer vêm à rêde?

Sabemos, e é de consenso universal, que a justiça, curiosamente, se mostra mais rígida com relação aos delitos contra o patrimônio, mais magnânima com os delitos sexuais. Em tudo há o elemento imponderável da simpatia de classe, do sexo e da cultura.

Mesmo assim, o proletário do crime que reside no cárcere representa a sùmula significativa das condições sociais vigorantes.

Se as condenações por furto crescem, pode-se razoavelmente admitir também, que contra essa modalidade de crime se ergue mais severa do que antes a justiça punitiva. A condenação, portanto, não é mais do que a soma do delito provado e do rigor judiciário exacerbado pela própria conjuntura econômica.

Admitimos, assim, que o veio estatístico minerado tem as limitações que apontamos, mas tem, sobretudo, o valor da síntese, e o valor do fato incontrovertido, verídico.

Conclusões

1. Verificou-se no Rio Grande do Sul um sensível aumento da criminalidade no período compreendido entre 1940 e 1948, aumento que acompanhou o crescente custo de vida durante o mesmo período. Existe, ademais, indiscutível coincidência entre ambos os ritmos de crescimento, o que permite relacioná-los como causa e efeito. Esta presunção é consideravelmente fortalecida pela conclusão imediata.

2. Nas áreas de menor equilíbrio de riqueza, os crimes contra o patrimônio são de muito maior freqüência, o que é, provavelmente, devido à distribuição desproporcional daquela.

A lei científica e universal que estabelece a íntima relação entre as perturbações econômicas e a conduta coletiva, foi, assim, comprovada à luz de uma experiência que se prolonga ainda.

A P Ê N D I C E

MUNICÍPIOS PASTORIS

MUNICÍPIOS	Riqueza Média		Crimes contra o patrimônio %
	Pecuária	Agrícola	
Alegrete	6.150	200	62,5
Cacequi	6.419	698	33,3
Dom Pedrito	6.557	32	47,5
Quaraí	5.643	110	50,0
São Gabriel	3.637	210	63,5
Uruguaiana	7.636	275	23,4
Arroio Grande	4.486	1.080	33,3
Caçapava do Sul	4.355	116	0
Cangussu	1.404	328	30,0
Encruzilhada do Sul	2.380	428	45,0
Herval	9.343	145	63,6
Jaguarão	3.600	328	76,4
Lavras do Sul	7.655	167	100,0
Pinheiro Machado	7.933	130	28,5
Piratini	3.861	307	25,0
Itaqui	7.128	502	33,3
Santiago	3.700	85	20,0
São Borja	5.972	378	40,5
São Francisco de Assis	5.324	514	33,3
Aparados da Serra	5.604	115	33,3
Santa Vitória do Palmar	8.740	216	69,2
General Vargas	4.148	477	21,3
Viamão	1.721	663	60,0
Rio Pardo	1.077	746	40,0
São Pedro do Sul	1.379	265	10,0

MUNICÍPIOS PASTORIS, AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS

Pôrto Alegre	44	16	57,0
Bagé	3.702	100	48,1
Livramento	3.678	351	20,0
Rosário do Sul	5.672	436	31,7
Tupanciretã	4.439	182	50,0
Pelotas	204	402	56,9
Rio Grande	426	715	76,5
Caxias do Sul	228	524	50,0
Santa Maria	750	208	33,3
Canóas	283	314	33,3

MUNICÍPIOS	Riqueza Média		Crimes contra o patrimônio %
	Pecuária	Agrícola	
São Jerônimo	756	219	23,0
Cachoeira do Sul	1.773	572	37,5
Cruz Alta	2.836	375	16,6
Júlio de Castilhos	4.403	417	50,0
Passo Fundo	610	261	43,9
Bento Gonçalves	345	1.062	7,1
Novo Hamburgo	163	53	33,3
São Leopoldo	355	198	23,2
Santa Cruz do Sul	720	871	51,8
Sobradinho	660	720	33,3
Canela	272	224	33,3
São José do Norte	1.846	1.758	0
Montenegro	563	403	47,8

MUNICÍPIOS AGRÍCOLAS

Antônio Prado	788	750	0
Arroio do Meio	820	1.029	33,3
Caí	303	655	33,3
Candelária	725	1.246	37,5
Encantado	774	319	90,0
Estrêla	1.301	1.302	69,2
Farroupilha	395	1.032	0
Flôres da Cunha	445	1.060	0
Garibaldi	810	627	33,3
Guaporé	673	488	0
Lajeado	897	992	33,3
Nova Prata	754	1.144	0
Santo Antônio	326	930	13,0
Taquara	699	815	48,7
Taquari	507	2.186	0
Venâncio Aires	484	567	0
Veranópolis	589	729	0
Santa Rosa	530	1.289	29,4
São Luiz Gonzaga	1.651	1.046	34,0

Januário Prates — Contribuição ao Estudo dos Problemas Sociais e Econômicos do Rio Grande do Sul — Dados que serviram de base ao quadro n. 1, sendo que a percentagem dos crimes contra o patrimônio foi por nós acrescentada, de acordo com a situação dos presos existentes na Casa de Correção em 1.º/1/1948 e dos que nela ingressaram no decurso do mesmo ano, em relação, quantitativamente, às localidades do interior do Estado, de onde procederam, e aos respectivos delitos.

CUSTO DA VIDA

Produtos	Consumo Diário "per capita"
Arroz	40 gr. (Estado 1945)
Batatinha	80 " " "
Feijão	54 " " "
Carne	55 " " "
Leite	153 " (cidades 1944)

DESPESA MÉDIA POR PESSOA E PERCENTAGENS

DE AUMENTO DO CUSTO DA VIDA

R E G I Õ E S	Despesa média Cr\$		% de aumento 39/46
	1939	1946	
1.ª Missões	346	732	111
2.ª Planalto Médio	344	742	116
3.ª Planalto do Nordeste.....	337	781	132
4.ª Litoral	345	764	122
5.ª Campanha	347	767	121
6.ª Serra do Sudeste.....	342	762	123
7.ª Depressão Central	340	743	118
8.ª Encosta da Serra.....	316	711	125
Média das zonas.....	336	750	—
Média do Estado.....	323	709	121

D A D O S G E R A I S

Custo de Vida — Riqueza Pecuniária e Agrícola — Crimes contra o Patrimônio

Anos 39/46

Municípios e Regiões	Aumento do custo da vida %	Riqueza Média		Crimes contra o patrimônio %
		Pecuniária	Agrícola	
Missões				
Iraí	96	411	412	50,0
Itaqui	121	7.128	502	33,3
Jaguari	106	740	381	29,6
Palmeira das Missões...	106	928	140	24,6
Santa Rosa	133	530	1.289	29,4
Santiago	97	3.700	85	20,0
Santo Angelo	124	1.320	156	35,5
São Borja	125	5.972	378	40,5
São Francisco de Assis.	111	5.324	514	33,3
São Luiz Gonzaga.....	93	1.651	1.046	34,0
Três Passos	—	—	448	0
Total.....	110	1.753	588	
Planalto Médio				
Carazinho	105	785	535	25,0
Cruz Alta	97	2.836	375	16,6
Erechim	120	851	838	25,5
Getúlio Vargas	107	1.748	686	28,6
Ijuí	117	961	709	42,2
Júlio de Castilhos.....	135	4.403	417	50,0
Marcelino Ramos	—	833	524	25,0
Passo Fundo	104	610	261	43,9
Sarandi	130	1.634	461	18,5
Soledade	115	1.376	307	33,3
Tupanciretã	126	4.439	182	50,0
Total.....	116	1.413	497	
Planalto do Nordeste				
Aparados da Serra.....	134	5.604	115	33,3
Lagôa Vermelha	112	2.006	718	19,3
São Francisco de Paula	136	3.144	61	20,8
Vacaria	147	2.042	199	36,9
Total.....	132	2.686	377	

Municípios e Regiões	Aumento do custo da vida %	Riqueza Média		Crimes contra o patrimônio %
		Pecuária	Agrícola	
Litoral				
Osório	134	537	775	14,3
Rio Grande	137	715	426	76,5
Santa Vitória do Palmar	105	8.740	216	69,2
São José do Norte.....	138	1.846	1.758	0
Tórres	97	345	732	0
Total.....	122	1.546	691	
Campanha				
Alegrete	125	6.150	200	62,5
Bagé	121	3.702	100	48,1
Cacequi	—	6.419	698	33,3
Dom Pedrito	103	6.557	32	47,5
Livramento	133	3.678	351	20,0
Quaraí	124	5.643	110	50,0
Rosário do Sul.....	110	5.672	436	31,7
São Gabriel	128	3.687	210	63,5
Uruguaiana	124	7.636	275	23,4
Total.....	121	5.125	233	
Serra do Sudeste				
Arrôio Grande	144	4.485	1.080	33,0
Caçapava do Sul.....	103	4.355	116	0
Camaquã	108	1.322	1.243	11,7
Cangussú	137	1.404	382	30,0
Encruzilhada do Sul....	109	2.380	428	45,0
Herval do Sul.....	131	9.343	145	63,6
Jaguarão	132	3.600	328	76,4
Lavras do Sul.....	93	7.655	167	100,0
Pelotas	146	204	402	56,9
Pinheiro Machado.....	111	7.933	130	28,5
Piratini	124	3.861	307	25,0
São Lourenço do Sul....	128	1.292	2.136	27,3
Tapes	140	808	950	0
Total.....	123	2.279	618	
Depressão Central				
Bom Jesus do Triunfo..	101	1.189	599	11,1
Cachoeira do Sul.....	131	1.773	572	37,5

Municípios e Regiões	Aumento do custo da vida %	Riqueza Média		Crimes contra o patrimônio %
		Pecuária	Agrícola	
Canoas	104	283	314	33,3
General Câmara	121	1.497	315	16,6
General Vargas	114	4.148	477	21,3
Gravataí	115	605	378	16,6
Guaíba	116	1.019	1.287	14,3
Porto Alegre	118	44	16	57,0
Rio Pardo	115	1.077	746	40,0
Santa Maria	126	750	208	33,3
São Jerônimo	113	756	219	23,0
São Pedro do Sul	110	1.379	265	10,0
São Sepé	140	3.476	333	0
Viamão	128	1.721	663	60,0
Total	118	811	299	
Encosta da Serra				
Antônio Prado	135	788	750	0
Arroio do Meio	97	820	1.029	33,3
Bento Gonçalves	134	345	1.062	7,1
Caí	135	303	655	33,3
Candelária	112	725	1.246	37,5
Canela	—	272	224	33,3
Caxias do Sul	115	228	524	50,0
Encantado	114	774	319	90,0
Estrêla	103	1.301	1.302	69,2
Farroupilha	99	395	1.032	0
Flôres da Cunha	114	445	1.060	0
Garibaldi	117	810	627	33,3
Guaporé	114	673	488	0
Lajeado	103	897	992	33,3
Montenegro	115	563	403	47,8
Nova Prata	81	754	1.144	0
Novo Hamburgo	136	163	53	33,3
Santa Cruz do Sul	130	720	871	51,8
Santo Antônio	111	326	930	13,0
São Leopoldo	137	355	198	23,2
Sobradinho	125	660	720	33,3
Taquara	143	699	815	48,7
Taquari	110	507	2.186	0
Venâncio Aires	120	484	567	0
Veranópolis	111	589	729	0
Total	125	585	749	

J. Prates, trab. cit. A percentagem dos crimes contra o patrimônio foi por nós acrescentada, de acordo com a situação dos presos existentes na Casa de Correção em 1.º/1/48 e dos que nela ingressaram no decurso do mesmo ano, em relação, quantitativamente, às localidades do interior do Estado, de onde procederam, e aos respectivos delitos.

QUADRO DAS PROFISSÕES DOS CONDENADOS¹

2.272 Condenados

Agricultores ²	527	Marinheiros	4
Jornaleiros	476	Polidores	4
Comerciários	165	Tipógrafos	4
Pedreiros	97	Tecelões	4
Operários	96	Açougueiros	3
Motoristas	88	Guindasteiros	3
Mecânicos	84	Instaladores	3
Pintores	58	Jardineiros	3
Carpinteiros	39	Pescadores	3
Comerciantes	34	Serralheiros	3
Padeiros	32	Artistas	2
Militares	29	Classificadores	2
Sapateiros	29	Corretores	2
Marceneiros	27	Condutores	2
Func. públicos	26	Carvoeiros	2
Criadores	24	Curtidores	2
Marítimos	24	Colchoeiros	2
Cozinheiros	22	Dentistas	2
Barbeiros	21	Fundidores	2
Oleiros	21	Madeiros	2
Mineiros	19	Magarefes	2
Eletricistas	18	Músicos	2
Estivadores	17	Médicos	2
Ferroviários	17	Niqueladores	2
Garçons	15	Relojoeiros	2
Alfaiates	14	Sacerdotes	2
Industriários	13	Propagandistas	2
Ferreiros	11	Taifeiros	2
Engraxates	10	Tanoeiros	2
Funileiros	10	Viajantes	2
Enfermeiros	9	Vendedores	2
Foguistas	9	Alambradores	1
Carroceiros	7	Bancários	1
Datilógrafos	7	Carneadores	1
Tintureiros	7	Conferentes	1
Encadernadores	6	Chapeadores	1
Lustradores	6	Carteiros	1
Maquinistas	6	Desenhistas	1
Serradores	6	Guardas Noturnos	1
Soldadores	6	Impressores	1
Domadores	5	Professores	1
Estudantes	5	Pilotos aviadores	1
Guardas-Civis	5	Torneiros	1
Gráficos	5	Tropeiros	1
Jornalistas	5	Tratoristas	1
Jóqueis	5	Vidraceiros	1
Correiros	4	Zeladores	1
Fotógrafos	4	Comp. de cavalos	1
Guarda-livros	4	Não consta	5

¹ Relatório da Casa de Correção — 1948.² Na grande maioria não são proprietários e sim empregados ou peões nas zonas rural ou agrícola.

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTATÍSTICA

(Órgão Regional do I. B. G. E.)

Rio Grande do Sul — Brasil

Serviço de estatística Demográfica e Judiciária

ESTIMATIVA DA POPULAÇÃO

	Pôrto Alegre	Estado
31/12/40	276.600	3.395.310
31/12/41	282.550	3.444.055
31/12/42	286.560	3.511.830
31/12/43	294.480	3.578.620
31/12/44	300.450	3.651.150
31/12/45	306.400	3.723.690
31/12/46	313.900	3.809.730
31/12/47	321.500	3.902.540
31/12/48	329.100	3.991.490

VISTO

DIRETOR GERAL

CONFERE

CHEFE DE SERVIÇO